



PREFEITURA DE
CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

 **Mais
Ciência**

Identificação de conteúdos prioritários para adoção de política de melhoria da proficiência em português na prova Brasil em Campos dos Goytacazes

Orientador: Eduardo Shimoda

Bolsista: Clarice Nunes Siqueira Rocha Carneiro

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

2018



SUMÁRIO

A) RESUMO	3
b) ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	3
REVISÃO DE LITERATURA.....	4
REFERÊNCIAS:.....	9
RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO	11
d) DIFICULDADES ENCONTRADAS.....	15
e) ATIVIDADES PREVISTAS	15
f) PERSPECTIVAS DE CUMPRIMENTO DAS METAS	15

A) RESUMO

O projeto teve como finalidade analisar, por meio da aplicação de questionário junto aos docentes da rede municipal de ensino, os níveis de relevância e de facilidade de conteúdos de português da matriz curricular do ensino fundamental. A proposta foi implementar um questionário com os conteúdos de Língua Portuguesa da Prova Brasil e aplicá-lo aos docentes de 5º ano da rede municipal de ensino. E, posteriormente fazer uma estatística do índice de acertos dos alunos na Prova Brasil, segundo os resultados extraídos do site do INEP. A partir dos resultados, seria capaz identificar conteúdos mais preferenciais para desenvolvimento de aulas específicas para melhorar a proficiência dos alunos na Prova Brasil.

B) ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Inicialmente, foi realizada, uma revisão de literatura a respeito dos temas IDEB e Prova Brasil, usando as bases Scopus, Web of Science, Scielo e Google acadêmico.

A seguir, iniciou-se a execução do questionário. Os conteúdos que fizeram parte do questionário foram escolhidos a partir da matriz de referência do ensino fundamental, em nível de 5º ano do ensino fundamental. A composição do questionário se fez de forma a viabilizar a avaliação dos professores quanto aos níveis de simplicidade para ensinar o conteúdo e de relevância destes conteúdos.

Junto a Secretaria de Educação de Campos, foram feitas reuniões a fim de ajustar a aplicação dos questionários. A Secretaria Municipal convidou todos os professores de 5º ano das 157 escolas municipais. A aplicação do mesmo ocorreu nos dias 16 e 17 de agosto de 2018, tendo comparecido 103 docentes. As respostas foram tabuladas no Excel e as análises estatísticas foram finalizadas.

Após a obtenção do resultado do questionário, foi tabulado no Excel o índice de acerto dos alunos na prova Brasil e, posteriormente, foi feito um cálculo da média de acertos e erros padrões.

C) RESULTADOS FINAIS OBTIDOS

REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Alves e Soares (2013), o IDEB ganhou muita legitimidade, porém não é correto considerar só para seus números e resultados, pois o contexto das escolas também tem muita importância e deve ser levado em pauta conjuntamente. Por esse motivo, procurou-se mostrar que a escola deve sim ser analisada pelo aprendizado dos alunos, como manifestação da sua função social, mas também deve ser mostrada pelas condições contextual para a obtenção de seus resultados, por isso a avaliação apenas do IDEB não contempla todos os aspectos da vida escolar. Um sistema educacional só pode ser visto como bom, de qualidade, se suas desigualdades também são consideradas nas análises de seu desempenho. Diante disso, um dos fatores que foi analisado é a composição dos alunos matriculados na escola, visto que para escolas em que os alunos matriculados possuem um nível socioeconômico desfavorável é muito mais difícil atingir as metas associadas ao IDEB. Todavia, isso só mudará quando as políticas públicas começarem a surtir efeito na vida dos brasileiros. As condições de infraestrutura e de complexidade da escola - medidas com os dados do Censo Escolar - também guardam relação significativa com o Ideb. Portanto, fica comprovado que as políticas públicas para a educação brasileira demandam um estudo muito mais amplo dos dados do que apenas sua síntese em um indicador como o IDEB, assim como um paralelo de metodologias oriundas da natureza do conhecimento distintas.

Bernardo e Christovão (2016) afirmam, que o programa mais educação tem como objetivo ajudar na melhoria da aprendizagem, por meio da ampliação da jornada escolar, favorecendo, deste modo, o alcance das metas pré-estabelecidas, através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Em contrapartida, tal programa também é



apresentado como um plano do governo federal para indução da educação integral nas escolas públicas em todo país. Porém, cabe destacar que entre seus entraves está o fato da construção de tais políticas estarem ordenadas de uma forma vertical, que se impõe de cima pra baixo, isto é, que não nasce do “chão” da escola, e que, ao mesmo tempo, se pretende interferir nas dinâmicas escolares internas já existentes, gerando conflitos. Diante disso, nos sobra refletir se, de fato, as iniciativas como a do programa mais educação são aptos a impulsionar a melhoria da qualidade educacional. Ou, se de forma oposta, fazem com que as escolas tenham de responder a mais exigências burocráticas que as paralisam diante de uma velha prática que em nada corresponde à ideia de educação integral e democrática contida na sua proposta. Neste sentido, a mera ampliação do tempo de escola não garante o alcance de sua qualidade. Dessa forma, aumentar o tempo dos professores e funcionários sob a responsabilidade da escola pode ser uma via legítima na busca por uma maior equidade e qualidade na educação, porém se faz necessário ir mais a frente, pois quando tratamos de jornada escolar ampliada para o tempo integral, se faz relevante levar em consideração que essa educação deve oportunizar múltiplas oportunidades de aprendizagem através do acesso à cultura, arte, esporte, ciência e tecnologia; do acesso a atividades pedagógicas planejadas e articuladas com o projeto político pedagógico da escola, e dessa maneira oportunizar ao estudante uma educação de fato integral.

De acordo com Zampiri e Souza (2014), a educação é um direito público e tem a proteção jurídica do Estado brasileiro, porém não demonstra se suficiente para sua concretização, não sendo impossível deixar nas mãos do Estado o encargo de deixá-la possível. Assim, o acompanhamento do Estado na educação não pode ser apenas complementar, devendo ser obrigação pessoal, assim como a família. Por isso, é esperado que as políticas educacionais assegurem aos estudantes o direito à educação. Porém, distribuir esse bem igualmente pode gerar desigualdade nessa distribuição, visto que as necessidades não são as mesmas, logo, uma distribuição justa seria aquela que dá a cada estudante o que é necessário. Segundo a pesquisa, priorizar uma parte do ensino fundamental acarreta a secundarização da outra, porém isso gera preocupação, pois na realidade, se repartem os estudantes fazendo com que uns sejam priorizados e outros não, ou seja, não oportunizando a todos esse direito. Dessa forma, a análise evidenciou que a ação do governo é decisiva na distribuição do direito à educação, pois tem a incumbência de equilibrar a direção educacional de todos os estudantes. Isto é de suma importância no quadro de desigualdade vivenciado no Brasil, onde

o acesso ao direito não ocorre no campo individual. Por esse motivo, as ações educacionais devem ser monitoradas pela sociedade, com a finalidade de que se garanta o sentido e o rumo da educação pública Brasileira. É interessante que as ações cheguem a todos os estudantes, por isso os esforços tem que ser somados e as responsabilidades precisam ser divididas para que o ensino fundamental seja distribuído a todos os alunos. É possível priorizar algum segmento, o que não pode é dividir os estudantes, todos eles devem ser alcançados pelas políticas educacionais firmadas, todos devem ter prioridade com integralidade de atendimento e de qualidade.

Segundo Gramani e Duarte (2011), o desempenho do aluno na Educação Básica influencia a qualidade deste aluno no Ensino Superior, visto que um aluno que teve uma qualidade de ensino na educação básica ruim terá um mal desempenho acadêmico na formação superior. Contudo, esse artigo visa relacionar a eficiência das UFs em relação ao monitoramento das notas dos seus alunos e comparar com sua base de ensino básico. Observou-se, que tem relação direta entre as UFs menos eficientes, pois seus alunos não tiveram uma boa base educacional de ensino básico. São buscados meios de recuperar e melhorar a eficiência na educação básica brasileira e o ensino nas UFs para o desenvolvimento de um ensino de qualidade.

Segundo Chirinéa e Brandão(2015;2015), na década de 90 o Brasil estava com um índice ruim na educação Básica, premissa de uma má qualidade de educação escolar está relacionado principalmente com 2 fatores básicos, o desempenho escolar do aluno na avaliação e o fluxo escolar. Através da mudança do sistema educacional na década de 90, depois da reforma o Estado Brasileiro procurou implementar uma administração mais gerencial e menos burocrática tornando mais eficiente sua administração por meio das avaliações externas no Brasil como por exemplo o IDEB, pois o Brasil tinha ineficiência no sistema escolar e tinha dependência de qualificações e formações. SAEB e a Prova Brasil são avaliações que visam obter uma nota do aluno e verificar a qualidade do ensino local, porem muitas coisas devem ser levadas em conta, como por exemplo sua situação sócio econômica e cultural. Segundo a conclusão do autor a reforma do Estado vai delinear as políticas educacionais do Brasil por meio de avaliações externa como mecanismo de controle e regulação do Estado. Durante muito tempo, o fracasso escolar ou a baixa qualidade da educação foi relacionada com as questões pedagógicas e os fatores sociais. Chirinéa e

Brandão(2015;2015) entendem que a avaliação externa e, conseqüentemente, o IDEB se caracterizam como propositores de políticas públicas do Estado para mobilizar ações de melhoria para o setor educacional, definindo prioridades a partir dos dados coletados.

Segundo Costa-Hübes (2013), é imprescindível investir no desenvolvimento dos alunos, principalmente dos anos iniciais, pois resulta dessa fase o bom desempenho (ou não) de sua aprendizagem em fases posteriores. Para que isso ocorra é preciso contar com professores capazes de mediar situações de aprendizagem que estimulem o desenvolvimento dessas capacidades pelos seus alunos. Tendo isso em vista é de suma importância que sejam promovidas ações que valorizem o professor tanto em relação à ampliação de seus conhecimentos como em função de sua politização, de forma que assuma com maior empenho seus compromissos políticos, sociais e educacionais. Entretanto, a formação do professor ocorre em um processo, de forma contínua, para isso se faz necessário um maior investimento na formação continuada. De acordo com uma avaliação feita (um simulado da prova Brasil), foi observado que os alunos possuíam pior desempenho em "Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto", descritor 10 da prova Brasil; "Interpretar texto com auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadrinhos, foto etc.)", descritor 5; e para "Estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto", descritor 2. Dessa forma, foi concluído que os obstáculos de aprendizado dos alunos passam primeiro por lacunas de conhecimento dos professores, pois estes demonstraram falhas de aprofundamento para lidar melhor com esses conteúdos. Por isso, a partir dos resultados do simulado da prova Brasil, foi investido na formação continuada dos professores, focando, principalmente nas lacunas dos alunos.

Segundo Freitas (2012) a desigualdade socioeconômica tem relação direta com o desenvolvimento do aluno na escola. Ele afirma de se julga muito as escolas, mas o sistema como um todo tem culpa disso, o município, os estado, Governadores, Prefeitos e etc. O artigo fala sobre meios de monitoramento do aluno na escolas através de avaliações, dinâmicas dentre outros feito pelo Município, Estado e a própria escolas mesmos. Há descaso com as classes populares pois existe escolas de ricos e escolas de pobres, as escolas de ricos não querem receber pessoas de classes inferior para não abaixar sua colocação nas avaliações. Freitas(2012) fala que devemos introduzir meios para que o estudante não veja a escolas como uma responsabilidade e sim como um lugar para motiva-las e proporcionar um bem

estar melhor, principalmente em escolas de podres pois seus estudantes possuem maiores dificuldades econômicas e social. Freitas(2012) propõem que a ocultação da má qualidade do ensino se dá pelo fato das provas de avaliações e monitoramento conter geralmente 2 disciplina (português e matemática), logo não se avalia o nível aluno e a disponibilidade da escolas em outras disciplina da grade curricular, e fato também é a generalização dos programas de monitoramento que mostra a media do município em si e na a da escolas ou do aluno em particular, então se 50% da escolas de um tal município forem bem na prova Brasil por exemplo e os outros 50% forem mal o município receberia uma nota mediana de qualidade de ensino porem metade das suas escolas são péssimas. O autor conclui que para acabar ou reduzir essa desigualdade tem que todos trabalharmos juntos, isto é, a escola, professor, município, estado, com a criação de mais programas de apoio, incentivar gastos com o município com os processos de avaliação dentre outros meios. Ele define esse método como “Qualidade Negociada”.

Segundo Diaz (2012),há outros fatores que interferem no desempenho escolar, como a família e os amigos, deixando em segundo plano o papel da escola. Os baixos resultados obtidos pelo Brasil na avaliação internacional de desempenho nos leva ao argumento fácil de que a culpa é dos baixos investimentos na educação, porém o Brasil é um dos países, participantes do PISA, que mais gasta com a educação (de acordo com a tabela 1 desse artigo). Todavia, é exposto que algumas das capitais que mais gastam com a educação possuem um desempenho médio ou baixo, mostrando assim, a complexidade do assunto, de forma a ficar claro que a qualidade dos gastos é algo que também deve ser levado em consideração, e não apenas a quantidade. Sendo assim, esse texto espera contribuir no debate sobre a qualidade do gasto público municipal em educação, especificamente com o ensino fundamental brasileiro, por meio da análise sobre a existência ou não de relação entre os gastos municipais em educação e os resultados de suas redes, avaliados de acordo com IDEB obtido no ano de 2005. As bases de dados usadas nessa pesquisa foram: Censo Escolar de 2005, Prova Brasil (avaliação de matemática aplicada a alunos de quarta série do ensino fundamental) e FINBRA. Logo, segundo essas bases constatou-se que alunos cujo os pais não haviam completado a 4ª série e participantes do programa bolsa família, que é usado como indicador de renda, possuem a variável negativa. Portanto, os resultados obtidos mostram que simplesmente aumentar gastos com educação não necessariamente causam melhoria na qualidade de ensino, de acordo com a classificada pelo IDEB. Dessa forma, antes de aumentar gastos é

preciso identificar quais aspectos devem ser alterados, e somente, então, avaliar quais recursos seriam necessários para promover as transformações necessárias. Avaliações de resultados devem ser feitas constantemente para verificar se os objetivos estão sendo alcançados.

Segundo Mesquita (2012) os resultados do IDEB podem vir a ter influência sobre a vida escolar dos alunos. Essa pesquisa de mestrado é feita com a finalidade de analisar as relações intraescolares com os resultados que foram expostos da prova Brasil. Desta forma, Comparando os resultados quantitativos, isto é, as notas dos alunos, com o os resultados qualitativos, ou seja, o estilo de vida da baixada fluminense e a metodologia de ensino nas escolas conclui-se que há uma relação direta entre o estilo de vida e a qualidade do aprendizado.

De acordo com Duarte (2013), as avaliações do IDEB têm servido de hierarquização - de profissionais, escolas e sistemas de ensino- devido ao fato do IDEB de 2011 ter evidenciado disparidades entre as escolas públicas. Sem observar sua capacidade em visibilizar fragilidades, defende-se nesse artigo sua interpretação como indicador de vulnerabilidades sociais . O direito à educação (acesso) deve ser acompanhado pelo direito de aprender (sucesso). No entanto, a escola vem exercendo “pressão seletiva” sobre a população, ou seja, a escola tem oferecido recursos diferenciados aos diversos grupos que a frequentam, em especial a partir da renda e classe social. Há pelo menos 60 anos a sociologia da educação tem associado resultados educacionais a condições socioeconômicas dos alunos e a condições infraestruturais da educação. Entretanto, a responsabilização recorrente pelo fracasso da escola em territórios de vulnerabilidade vem recaindo sobre os professores. É necessário reverter essa lógica sob pena de desqualificar, de forma irrecuperável, a dignidade dos docentes. A lógica necessária precisa se apoiar na política educacional, especialmente com mais recursos, por meio da elevação do custo-aluno. É sob essa orientação que este estudo busca enfrentar a perspectiva de responsabilização confirmando – mais uma vez – como a pobreza impacta o Ideb e como o financiamento pode moderar esse fato.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional.

Educ. Pesqui., São Paulo , v. 39, n. 1, p. 177-194, mar. 2013 . Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 mar. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013000100012>.

BERNADO, Elisangela da Silva; CHRISTOVAO, Ana Carolina. Tempo de Escola e Gestão Democrática: o Programa Mais Educação e o IDEB em busca da qualidade da educação.

Educ. Real., Porto Alegre , v. 41, n. 4, p. 1113-1140, dez. 2016 . Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362016000401113&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 mar. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/2175-623660597>.

CHIRINEA, Andréia Melanda; BRANDAO, Carlos da Fonseca. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro , v. 23, n. 87, p. 461-484, jun. 2015 . Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362015000200461&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 mar. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362015000100019>.

COSTA-HUBES, Terezinha da Conceição. Formação continuada para professores da educação básica nos anos iniciais: ações voltadas para municípios com baixo Ideb. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília , v. 94, n. 237, p. 501-523, ago. 2013 . Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812013000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 mar. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812013000200008>.

DIAZ, Maria Dolores Montoya. Qualidade do gasto público municipal em ensino fundamental no Brasil. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo , v. 32, n. 1, p. 128-141, mar. 2012 . Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572012000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 mar. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572012000100008>

DUARTE, Natalia de Souza. O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília , v. 94, n. 237, p. 343-363, ago. 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812013000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 fev. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812013000200002>

FREITAS, Luiz Carlos de. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 28, n. 100, p.965-987, out. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302007000300016>

GRAMANI, Maria Cristina Nogueira; DUARTE, André Luís de Castro Moura. O impacto do desempenho das instituições de educação básica na qualidade do ensino superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [s.l.], v. 19, n. 72, p.679-702, set. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362011000400011>.

MESQUITA, Silvana. Os resultados do Ideb no cotidiano escolar. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 76, p. 587-606, set. 2012 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362012000300009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362012000300009>.

ZAMPIRI, Marilene; SOUZA, Ângelo R.. O direito ao Ensino Fundamental em uma leitura dos resultados do IDEB e da política educacional em Curitiba-PR. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 84, p. 755-775, set. 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362014000300008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362014000300008>.

RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Foi feito o cálculo da média das notas alcançadas para cada um dos itens e, subsequentemente, calculados os erros padrão para cada conteúdo avaliado. Para a obtenção de índice que represente o grau de relevância e de simplicidade para ensinar o conteúdo

Os resultados iniciais relacionados ao grau de importância e grau de facilidade estão apresentados nas Figuras 1 e 2, respectivamente.

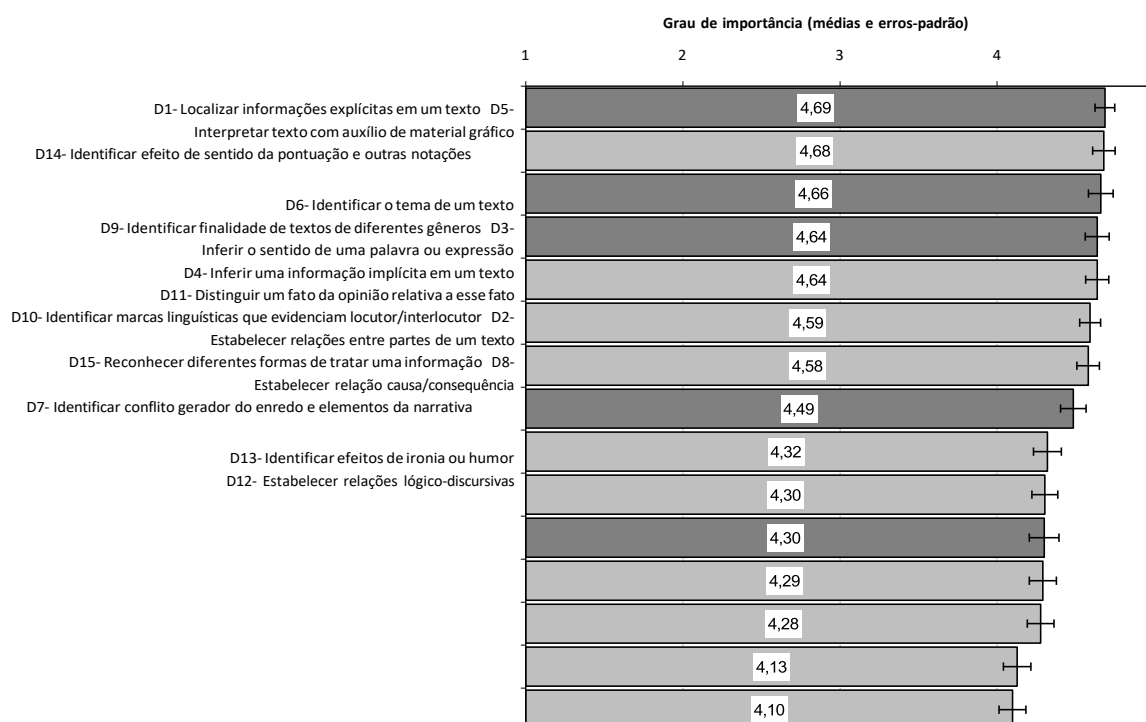


Figura 1- Grau de importância dos conteúdos de Língua Portuguesa da Prova Brasil segundo a percepção dos docentes do 5º ano da Rede Municipal de Campos dos Goytacazes.

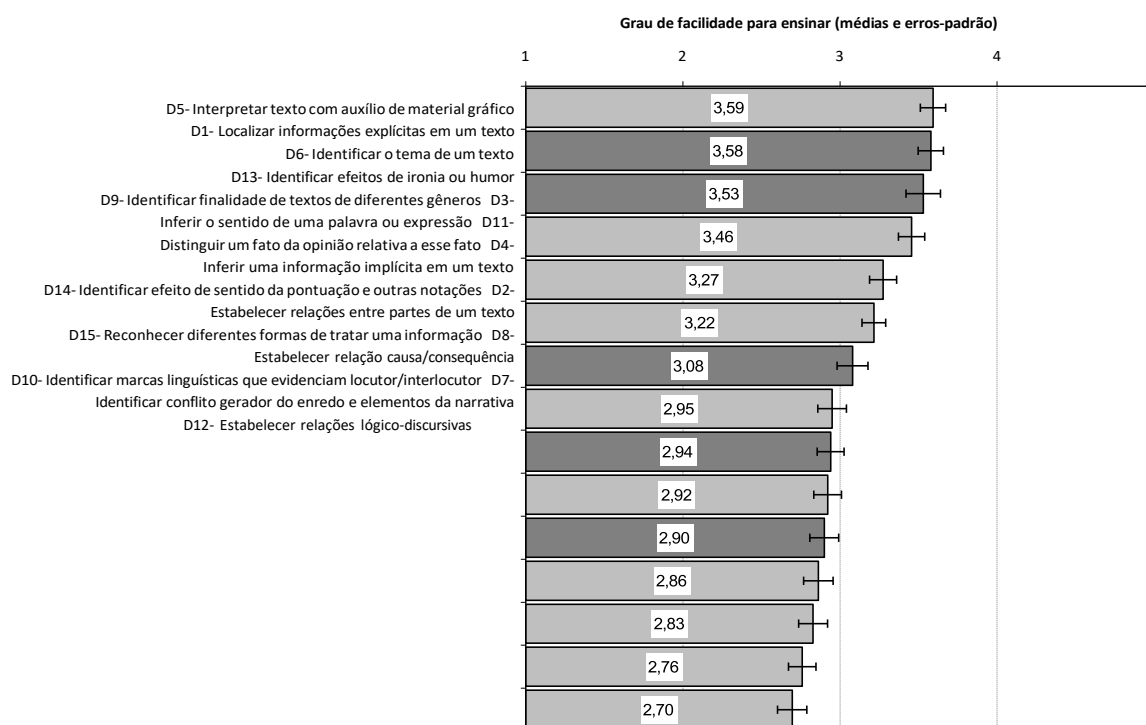
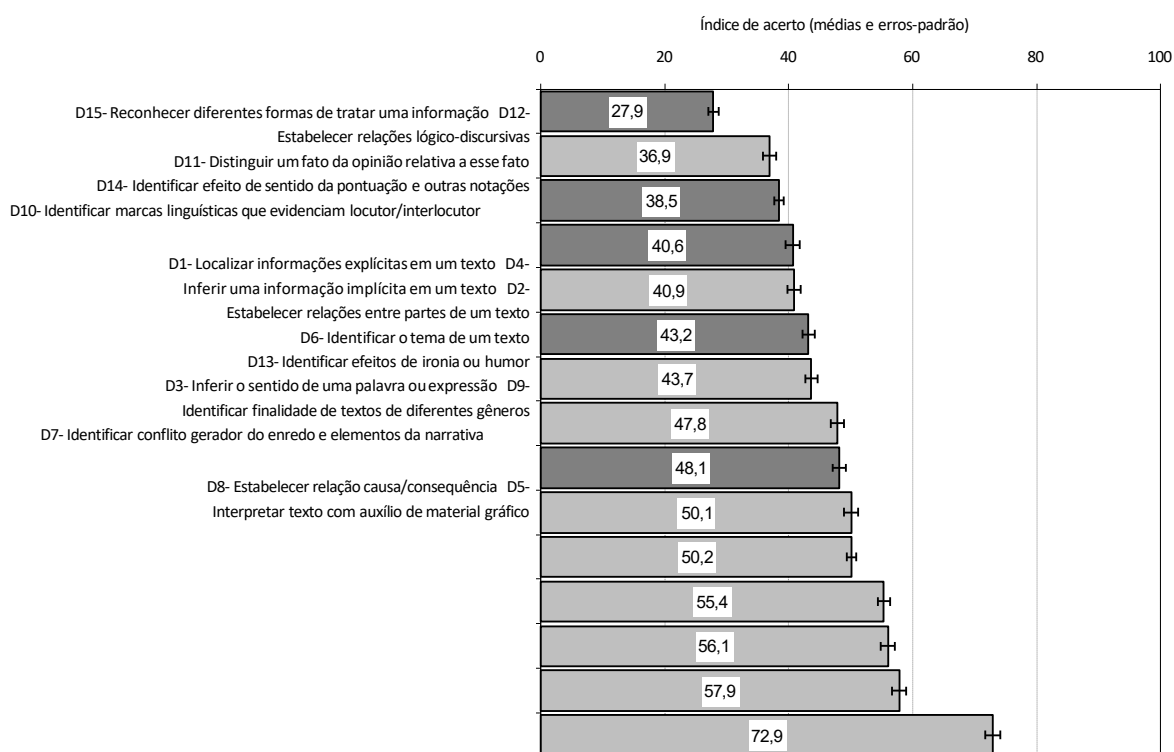


Figura 2- Grau de facilidade de ensinar os conteúdos de português da Prova Brasil segundo a percepção dos docentes do 5º ano da Rede Municipal de Campos dos Goytacazes.

A posteriori, foram tabulados no excel os resultados dos alunos na Prova Brasil, e foi feito um cálculo da média de acertos e erros padrão , que se encontra na figura 3.



Com os resultados obtidos a partir do questionário aplicado aos docentes e a análise da proficiência dos alunos na Prova Brasil foi desenvolvida a escala de conteúdos prioritários, representada na Figura 4.

Dessa forma, os descritores selecionados foram: o **D1**, devido ao seu alto grau de importância e facilidade, é o primeiro no grau de importância e o segundo no grau de facilidade; o **D14**, pois embora não seja considerado muito fácil de ensinar é considerado muito importante e a proficiência dos alunos é muito baixa nesse descritor; **D6**, tendo em vista seu alto grau de importância e de facilidade e o fato de sua proficiência não ser boa; **D11** devido seu baixo nível de proficiência todavia, não sendo muito fácil de ensinar é importante na vida escolar dos alunos; **D15**, pois mesmo que não seja considerado muito fácil nem muito importante é o descritor com pior grau de proficiência dos alunos, logo o descritor que os alunos menos sabem. Fazendo essa análise é possível observar que o **D5**, apesar de estar entre os dois mais importantes e fáceis é o descritor em que os alunos tem a maior proficiência e por esse motivo não foi selecionado pela pesquisa. Portanto, a pesquisa selecionou o conjunto,

dos descritores mais fáceis, importantes e com pior proficiência dos alunos na Prova Brasil.

b) DIFICULDADES ENCONTRADAS

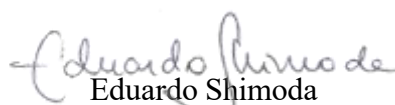
As principais dificuldades ocorreram por causa da falta de artigos existentes especificamente de acordo com o tema, outra dificuldade existente foi a de trabalhar com uma rede municipal como a de Campos dos Goytacazes, devido a sua extensão.

c) ATIVIDADES PREVISTAS

Desenvolvimento de práticas de ensino para a melhor proficiência nos descritores selecionados pela pesquisa.

d) PERSPECTIVAS DE CUMPRIMENTO DAS METAS

A primórdio, todas as metas devem ser atingidas. Restrição é feita à dimensão do trabalho. O projeto preliminar previa a realização da análise nos 5º e 9º anos. Todavia, por meio de conversas com a Secretaria de Educação, foi estabelecido que, no momento atual, a prioridade seria a efetuação da energia focada no 5º ano do ensino fundamental.


Eduardo Shimoda

Clarice Nunes Siqueira Rocha Carneiro

Campos dos Goytacazes, 26 de julho de 2019